

**A MERENDA NA ESCOLA: A PARTICIPAÇÃO DO SAPS EM MEIO A TRAMAS
SOCIAIS E ECONÔMICAS**

**SNACK AT SCHOOL: THE PARTICIPATION OF THE SSFS IN THE MIDDLE OF
SOCIAL AND ECONOMIC QUESTIONS**

Recebido em: 04/07/2022

Aceito em: 30/07/2022

Débora Ferreira Borges Barbosa¹ 

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir e apresentar a participação que o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) criado na década de 1940 pelo Governo Federal teve na posterior instituição da Merenda Escolar no Brasil. O método de análise parte de levantamento bibliográfico de artigos, teses e dissertações, utilizando-se como descritores termos ligados a temática, com olhar especial para vertentes correlacionadas a questões sociais e econômicas. O SAPS tinha como proposta inicial oferecer aos trabalhadores boa alimentação por um modesto valor por meio de restaurantes populares. Dentre os profissionais que estavam à frente do projeto destacavam-se um grupo de médicos nutrólogos, entre estes, Dante Costa, que se utiliza então de seu cargo na autarquia para introduzir a oferta de um desjejum aos escolares filhos dos trabalhadores frequentadores dos restaurantes. Este desjejum abriria a discussão para futura materialização de um projeto em escala maior, a oferta alimentar nas instituições de ensino brasileiras. A busca por apresentar a participação do SAPS na posterior criação e instauração da merenda escolar, visa também, evidenciar o cenário pertencente a criação das políticas de alimentação e como elas podem apresentar-se direcionadas a públicos específicos, sendo e estando historicamente envoltas a questões sociais e econômicas.

Palavras-chave: Merenda Escolar; Sociedade; Educação.

Abstract: The objective of this work is to discuss and present the participation that the Social Security Food Service (SSFS) created in the 1940s by the Federal Government had in the subsequent institution of School Meals in Brazil. The method of analysis starts from a bibliographic survey of articles, theses and dissertations, using terms linked to the theme as descriptors, with a special look at aspects correlated to social and economic issues. SSFS initially proposed offering workers good food for a modest price through popular restaurants. Among the professionals who were in charge of the project, a group of nutrologists stood out, among them, Dante Costa, who then used his position in the municipality to introduce the offer of breakfast to school children of workers who frequent restaurants. This breakfast would open the discussion for the future materialization of a project on a larger scale, the food supply in Brazilian educational institutions. The quest to present the participation of the SSFS in the subsequent creation and establishment of school meals, also aims to highlight the scenario pertaining to the creation of food policies and how they can be presented aimed at specific audiences, being and being historically involved in social issues. and economic.

Keyword: School Meals; Society; Education.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) – PGEDU/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba (MS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEHEB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: deboraborges@outlook.com.

INTRODUÇÃO

As décadas de 1930 e 1940 apresentam-se como períodos importantes junto às problematizações acerca da alimentação, emergindo a discussão sobre o entendimento das questões relacionadas a fome da população, segundo Adriana Salay Leme (2020), esta que, não seria um produto do século XX, no entanto, um tema pouco explorado, e seu entendimento ainda ficava inerente a “ser vista como infortúnio climático ou pessoal” (LEME, 2021, p. 1122).

Neste cenário de ampliação do entendimento sobre a fome, surge como objeto de grandes indagações a necessidade de enfrentamento deste problema considerado de cunho social. Essas discussões emergem ao debate partidas principalmente neste momento das falas e ações de Josué de Castro. Um médico, pernambucano que se especializa em nutrologia² e debruça-se a tratar da alimentação e mazelas relacionadas a sua carência, produzindo assim a discussão sobre a fome, a qual muitos estariam expostos, e que, no entanto, seria um assunto que poucos discutiam, e até mesmo negligenciado por parcela da população³. Castro constrói sua trajetória como intelectual, professor, cientista, autor de diversas obras e parlamentar, utilizando os saberes de sua formação inicial para atuar na luta e combate a esse flagelo, que assolava e assola o mundo, sendo para Bizzo (2009), uma pessoa que transparecia grande sensibilidade para com os pobres, um crítico das desigualdades sociais.

Ele foi responsável por realizar um inquérito alimentar no Brasil no ano de 1932, sendo contratado pelo dono de uma fábrica localizada em Recife/PE, para averiguar o baixo desempenho laboral dos funcionários, tratando assim das condições de vida dos trabalhadores. O estudo apresentou que, os funcionários da fábrica careciam de melhores condições alimentares, que tinham fome, e isso estaria afetando o desempenho de suas funções. Assim confirmada cientificamente por meio dos inquéritos, e não sendo objeto específico de uma única área geográfica a fome passa a ser discutida, apontamentos para quais seriam suas possíveis causas começam a ser apresentados e interrogados por Josué de Castro:

A alimentação do brasileiro tem-se revelado, à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando nas diferentes regiões do país”. [...] Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução **econômico-social do povo**, chega-se a conclusão de que elas são mais **produto de fatores socioculturais** do que de fatores de natureza geográfica (CASTRO, 1984, p. 58) [grifos meus]

²Especialidade Médica que estuda os nutrientes dos alimentos, suas funções no organismo normal e fisiopatologia, o diagnóstico e o tratamento dos distúrbios de nutrientes nas doenças. MARCHINI. Júlio Sergio; OLIVEIRA. José Eduardo Dutra; **Nutrologia Especialidade Médica**. Revista da Associação Médica Brasileira; v.54; n.6. São Paulo. Nov./dez. 2008.

³Em suas obras constantemente Josué de Castro referencia-se ao falar da Fome como sendo um “tema proibido.”

Josué, assim traça e apresenta consigo a questão da sobreposição das causas sociais sobre os diferentes espaços geográficos onde a fome se aponta. Esta abordagem é discutida mais minuciosamente em sua obra publicada mais tarde no ano de 1946, *Geografia da Fome*, na qual é possível observar também, como ele apresenta a possibilidade que o país teria de alto quantitativo na produção de alimentos suficientes para a população, apontando novamente para causas sociais que impossibilitariam a chegada e acesso a esses alimentos por parte da população, impedindo assim que tivessem uma alimentação racional

De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe, e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, **seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes** igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, **é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas** (CASTRO, 1984, p. 58). [grifos meus]

Partido então de seus estudos, publicações e debate sobre a fome, Josué forma ao seu redor um grupo de outros profissionais nutrólogos que também se dedicavam a estudar as questões da alimentação. No entendimento dos profissionais uma nova ideia vai ganhando forma, havia segundo eles também a necessidade em educar a população para se alimentarem, visto que, somente partido de uma educação alimentar e racional poderiam ser moldadas suas escolhas e entendimento sobre alimentação, não bastando assim, ter o alimento a disposição, era preciso saber utilizá-lo a favor, neste contexto ricos e pobres careciam desta educação racional, já que, mesmo que uma parcela da população tivesse acesso aos alimentos não saberiam escolhê-los em quantidade e qualidade adequadas.

Sem deixar de lado a questão de uma educação alimentar racional apresentada, é importante e preciso se falar da vertente social apresentada desde a realização dos inquéritos alimentares, no que se diz respeito a questões econômicas da população quando falamos em alimentação, e para tratar desse campo trago as palavras de Coimbra (1982), nas quais o autor apresenta a existência de ambas as necessidades trazendo assim a impossibilidade em se dissociá-las:

O que este inquérito, e outros inúmeros que lhe seguiram, tinham de característico era a forma de medir, avaliar e quantificar as **carências alimentares**, a partir de um amplo esquadramento das dietas e participação da alimentação nas despesas. Com elas, a nutrologia, dava um passo decisivo no Brasil, como havia acontecido em outros

países, pois confirmava, como o arsenal de sua ciência, o que todos já sabiam, que o povo **vivia mal e passava fome**, mas o fazia com uma linguagem nova, emprestada do laboratório e por ele sacramentada. Mas também dizia algo original, que o povo tinha de ser ensinado a comer, guiado a comer corretamente, exatamente **por viver mal e ser pobre** (COIMBRA, 1984, p. 153)[grifos meus].

Por viver mal e ser pobre entende-se que faltavam a estas pessoas condições mínimas de manter a dignidade e padrões socialmente considerados necessários, inerente a estes padrões podemos compreender que se encontra a alimentação, já que esta é, elemento necessário para a manutenção da vida.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a **situações de carência** em que os indivíduos **não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto** histórico (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p. 124) [grifos meus].

O fator econômico apresenta-se interligado a questão de carência alimentar, sendo que, para que houvesse uma alimentação adequada e digna careciam-se de condições financeiras que pudessem subsidiar o acesso ao provimento alimentar.

Assim Josué e o grupo que se formou junto a ele, pautados na ciência da nutrição passam a expressar de modo aberto a necessidade da criação de medidas que pudessem corrigir este problema alimentar apresentado e confirmado em todo país.

A necessidade de criação de uma política de alimentação⁴ batia a porta. No entanto, apenas com os saberes destes profissionais não seria possível a criação desta, que seria uma grande empreitada, segundo Coimbra eles precisavam de algo mais

Definia-se assim **um programa mínimo** para a **solução do problema alimentar brasileiro**: de um lado, **racionalizar a oferta**, através de medidas que ajustassem a produção e a comercialização às necessidades da população, do outro, **educar o povo**, pela palavra e o exemplo, a se alimentar convenientemente. Não é preciso dizer que **quem possuía a chave para tal empreitada: a nutrologia**. Só ela, com seu saber particular e privativo, podia decifrar os enigmas no processo de solução de tão complexo e transcendente problema. **Faltava-lhes, porém, nos finais da década de 30, poder para isso** (COIMBRA, 1984, p. 154). [grifos meus].

⁴Segundo Coimbra, (1985, p. 73), Política de Alimentação é uma forma pela qual os alimentos, e seu consumo pela população foram tematizados e apropriados pelo Estado, tornando-se problema e política pública. Ver: Dois modelos de Intervenção Nutricional no Brasil, PNS e PROAB. In: O problema Alimentar no Brasil. Org. por Cláudio de Moura Castro e Marcos Coimbra. Almed, Editora Unicamp; São Paulo, 1985.

Deste modo o governo neste momento, seria quem dispunha de tal poder e que possuía recursos suficientes para a materialização das propostas defendidas pelos nutrólogos. Assim o ato de alimentar-se aos poucos desprende-se do espaço caseiro e científico adentrando-se ao Estado, tornando-se um problema público, que carecia de ações políticas e sociais. Aqui podemos mencionar a importância de necessidade da criação das chamadas políticas públicas neste caso, de alimentação que, fazem parte do contexto das Políticas Sociais no Brasil, tratando-se do esforço planejado do Estado para redução das desigualdades sociais voltadas para as classes mais desfavorecidas, através de medidas previamente elaboradas (FRANCISCO; MILITÃO; MILITÃO, 2014).

A criação destas políticas públicas passam então a associar-se ao caráter educacional defendido e priorizado pelos médicos que, também preconizavam que independente de melhores condições econômicas ou não, a população precisaria ser educada para saber escolher o que comer, portanto por mais que comprovada a importância em educar, esta não poderia ser despreendida da questão financeira de parte da sociedade, e isso já aparece explícito partido dos próximos passos dentro da criação dos programas de alimentação para população.

Apesar de não ser possível negar os benefícios ao acesso a uma alimentação de modo racionalizado como assegurado, torna-se impossível a análise sem associação junto à questão financeira. A economia, a renda da população atinge diretamente aquilo que será adquirido tanto em quantidade como em periodicidade, torna-se assim impossível falar em adquirir alimento sem consequentemente pensar nas dificuldades que os estratos populares enfrentavam e enfrentam para o fazer. As chamadas minorias que na verdade são a maioria parafraseando as palavras da filósofa Marilena Chauí⁵, necessitam desde sempre de práticas assertivas que conduzam a melhoria da qualidade de vida. As questões alimentares encontram-se em meio a estas práticas, creio que isso era o ponto chave e que os nutrólogos gostariam de expressar, melhorar a capacidade de escolhas alimentares da população era necessário, no entanto, não seria suficiente saber realizar boas escolhas, sem mecanismos financeiros que subsidiassem adquirir o alimento.

A proposta e criação do Serviço de Alimentação da previdência Social (SAPS), é o passo inicial então dado naquele momento para a condução e materialização das ideias dos

⁵ Segundo a Professora e filósofa Marilena Chauí: menor é aquele que depende de um maior para garantir direitos, não é uma questão de número. Aulas do Minicurso **DEMOCRACIA: história, formas e possibilidades**, TV Boitempo. Disponível em < (842) [novo curso!] Breve história da democracia | MARILENA CHAUI - YouTube >. Acesso em 17 de dez. de 2020.

estudiosos da alimentação, agora associados ao governo. Um programa de alimentação voltado para a classe trabalhadora visando melhorar suas condições alimentares e conseqüentemente seu desempenho laboral. O SAPS surge assim, partido de discussões, lutas e junção da sociedade civil e governo, e posteriormente serve como ponto de partida para a materialização de outro projeto em escala nacional, que agora direciona-se ao alunado dentro do ambiente de ensino público, a merenda escolar.

A RAÍZ DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: SAPS

O serviço de Alimentação da Previdência social foi pelo Decreto- Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940, no então governo Vargas, e funcionou até o ano de 1967, considerado por Coimbra (1989), passo inicial da nova política de alimentação. A autarquia teve Josué de Castro como primeiro chefe da sessão técnica, sua proposta inicial segundo o decreto de criação era “melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares” (BRASIL, 1940). Neste período o salário-mínimo⁶ já havia sido instituído no Brasil e, segundo Ana Maria da Costa Evangelista o SAPS viria também como uma tentativa de complemento já que, mesmo que existente ele era considerado defasado, sendo assim, a população carecia de políticas que auxiliassem na melhora das condições de vida dos trabalhadores (EVANGELISTA, 2008).

Deste modo o SAPS, ofereceria aos trabalhadores da previdência comida a um baixo preço em restaurantes populares que seriam espalhados pelo país. A unidade pioneira do projeto foi erguida na cidade do Rio de Janeiro, então capital Federal. Logo após um ano de funcionamento seu decreto de criação é reformulado e passa apresentar uma reestruturação de finalidades, agora com a inserção de uma função educativa junto a política de alimentação dos trabalhadores:

Artigo 3º. Item 7: Uma **ação educativa** sistemática, especialmente junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados” (BRASIL, 1941) [grifos meus].

⁶O salário-mínimo foi estatuído no Brasil pelo Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940.

Esta função educativa agora também presente nos SAPS traria consigo a possibilidade de também como observado se alcançar os familiares dos trabalhadores por meio da conscientização alimentar:

Artigo 2º. O S.A.P.S., órgão com personalidade própria, de natureza autárquica, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tem por finalidade principal assegurar aos contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões condições favoráveis e higiênicas de alimentação e **desenvolver na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com os problemas de alimentação racional**” (BRASIL, 1941) [grifos meus].

Tornaria- se assim, função do SAPS a instrução e divulgação de melhorias ofertadas a vida dos trabalhadores por meio de uma alimentação adequada e de modo racional o que, conseqüentemente traria ao cidadão uma consciência alimentar, esta que, seria reproduzida junto ao seio familiar, este processo de divulgação de informações sobre alimentação era realizado dentro da autarquia por meio de Boletins publicados mensalmente pelo SAPS, estes que eram produzidos pelos profissionais da alimentação que estavam envolvidos na supracitada política de alimentação, tais notas traziam informações sobre alimentação considerada adequada pelos estudiosos. O SAPS foi grandioso, não se mantendo a apenas restaurantes populares, o projeto educativo inserido em seu contexto e tão idealizado pelos profissionais nutrólogos disponibilizava aos trabalhadores muito além que comida boa a um valor simbólico, o restaurante central que servia como exemplo para as demais unidades espalhadas pelo país passa também a oferecer cursos de corte costura, música, assistência social, biblioteca dentre outros, para que os trabalhadores tivessem acesso, se tornando assim um grande centro de sociabilidades (FOGAGNOLI, 2017).

No entanto, por mais que os nutrólogos afirmassem constantemente que era preciso educar a população, e aqui, neste trabalho isso seja discutido paralelamente a questão social a qual a população alvo da autarquia se encontrava, é possível compreensão que, por meio da apresentação, atuação e alcance do SAPS naquele período na vida dos trabalhadores, foram possíveis conduções de estudos direcionados as possibilidades de melhorias das condições alimentares desta classe, e ainda, neste cenário a produção direcionada de novos olhares para outros espaços de sociabilidades que, também ansiavam por cuidados e atenção no que tangem questões alimentares, agora falando-se em alimentação dos escolares.

DANTE COSTA E O DESJEJUM ESCOLAR NO SAPS

Dante Costa foi um importante nutrólogo pertencente ao grupo formado por Josué de Castro, profissional também preocupado com as questões da alimentação da população, só que, Dante se preocupava e direcionava-se mais para a alimentação infantil. Desde a década de 1930, segundo Coimbra (1984), o médico já apresentava em seus estudos olhares voltados para o alunado, tendo ainda em 1939 publicado pequenos textos nomeados de Merendas Escolares, com o objetivo de orientar as caixas escolares⁷ existentes naquele período, com recomendações:

O livro era, de fato, pouco mais que um conjunto de recomendações e propostas de merendas, procurando torná-las variadas e apetitosas. Dois exemplos: primeira merenda, sanduíche de tomate, abacate com limão e açúcar e um copo de leite; segunda, “um sanduíche de ovo duro, goiabada e queijo, com suco de laranja (COSTA, 1941, p. 77 apud COIMBRA, 1984, p. 249).

Segundo Frota (2011), esta obra além de trazer sugestões de merendas escolares partidas de saberes médicos da época como parâmetros propiciava possibilidades de adequações de acordo com os alimentos disponíveis em cada região, e apresentava também o que, para Dante Costa era a definição de “merenda escolar”

A merenda escolar é a pequena refeição, de digestão fácil e valor nutritivo bastante, realizada no intervalo da atividade escolar”. Ela constitui um dos muitos traços de união entre a casa e a escola: preparada em casa, pelo cuidado solícito das pessoas disso encarregadas, vai ser utilizada na escola. Mais uma vez, vê-se que a escola é e deve ser o prolongamento do lar (COSTA, 1943, p. 5 apud FROTA, 2011, p. 52).

Já no ano de 1941, Dante Costa parte para aquele que seria o local ponto chave para colocar em prática seus estudos e pesquisas voltadas para alimentação do escolar. Ele assume então a chefia da sessão técnica do SAPS, após a saída de Josué de Castro. Ao tomar frente de seu cargo o médico propôs a inclusão da alimentação infantil dentre as ações já realizadas pela autarquia. O projeto de Costa é então desenvolvido no ano seguinte em 1942, e para sua materialização é realizado por ele um inquérito alimentar, agora com crianças filhos dos trabalhadores do SAPS, resultando na oferta de um desjejum escolar⁸ (COIMBRA, 1982).

⁷Segundo Zonin, Silva e Perty, 2018, Caixa Escolar corresponderia a um recurso implementado nas escolas com a finalidade de arrecadar fundos na forma de doações em dinheiro ou em materiais os quais seriam destinados aos alunos pobres ou carentes, de modo a garantir sua permanência.

⁸Stefanini (1998, p.39) explica que o desjejum foi criado na Noruega em 1925, posteriormente na Rússia e no Chile. Ver STEFANINI, Maria Lucia Rosa. **Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. Tese apresentada ao departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1998.

O inquérito proposto por Dante Costa é realizado apenas com crianças entre 7 e 14, a partir deste, é constatado um consumo insuficiente alimentar no desjejum e a realmente ausência de alimentação naquelas crianças participantes. Os resultados apresentados conduziram assim Costa a corporificar o que tanto estudou, recomendou e preconizava, a alimentação dos escolares. Desde então, as crianças, foram chamadas para realizar o desjejum durante aquele ano nos restaurantes da autarquia (COIMBRA, 1982, p. 254). Novamente os inquéritos mostram-se presentes no acompanhamento das necessidades alimentares, agora das crianças, se, há alguns anos Josué de Castro havia constatado por meio de um inquérito que a má condição alimentar de trabalhadores poderia ser fator de comprometimento laboral, Dante Costa evidenciaria que o mesmo fator de comprometimento poderia ser observado agora em crianças em idade escolar.

Inicialmente as inscrições para receber o desjejum foram abertas a mil crianças, que deveriam preencher alguns requisitos para serem contempladas, sendo entre eles visitas periódicas ao SAPS para realização de exames para acompanhamento com os médicos, e além de tudo no momento da entrega do desjejum constituído segundo Coimbra (1982, p. 256) de “um sanduíche, um copo de leite e uma fruta”, o aluno deveria antes de recebê-lo apresentar a merenda que estaria levando para a escola ou comprovasse que a escola lhe ofereceria merenda, para assim não gerar certa substituição do desjejum oferecido.

Abaixo imagem veiculada no Jornal Correio da manhã do Rio de Janeiro onde é apresentada a inauguração do serviço de desjejum escolar oferecido pelo SAPS aos escolares na unidade pioneira da autarquia.

IMAGEM 1- FILA DE CRIANÇAS PARA RECEBER O PRIMEIRO DESJEJUM ESCOLAR OFERTADO PELO SAPS - UNIDADE DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1942, p.4.

Quanto ao número de crianças que receberam a oferta do desjejum, a historiografia não traz dados precisos, mesmo que, abertas inicialmente mil vagas para o recebimento, não foi possível localização exata da confirmação deste quantitativo de crianças e de período exato da distribuição alimentícia.

Aos poucos a partir de 1946 o SAPS deixa de apresentar-se na narrativa sobre alimentação escolar, no entanto, Dante Costa segue preocupado com a questão da alimentação dos escolares, prosseguindo com a realização de estudos e publicações todos voltados para a questão alimentar infantil, além de discutir a necessidade de criação das políticas sociais de alimentação, focado na importância do ambiente escolar como possível materializador destas propostas, argumentando ainda que, apesar de todos os estratos sociais serem atingidos por estas políticas, os mais pobres seriam os mais beneficiados, pois além da questão educacional que seria praticada e legada partida destes programas sociais, o fato de encontrarem-se em situação de pauperismo era também condicionante a necessidade de se tornarem grupos mais beneficiados com as supracitadas políticas sociais de alimentação (FROTA, 2011).

Neste cenário, apresentado o caminho e a necessidade em olhar-se para o público infantil das escolas torna-se mais latente, com a saída de cena do desjejum dos SAPS, novos passos são dados para a criação de uma política de alimentação voltada em específico para os escolares, podendo ser observada com mais clareza já em 1951 onde a merenda escolar é citada no Plano de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, veiculado ao Conselho

Nacional da Alimentação (CNA)⁹, órgão governamental ligado ao Ministério da Educação e Saúde responsável por amparar o governo na formulação de uma política de alimentação, que além de uma gama de propostas para solução do problema alimentar no país, inicia a estrutura de um programa de merenda escolar em termos nacionais e sob responsabilidade pública (VASCONCELOS, 2005, p. 442).

O ambiente escolar a partir de então, segue a linha apresentada e defendida por Dante Costa para tornar-se alvo, como local estratégico para a perpetuação de práticas alimentares saudáveis propiciando consumo e aprendizado sobre alimentos que, talvez não se encontram presentes no ambiente alimentar caseiro das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que, Josué de Castro teve participação importante no quadro de expoente das questões sobre carências alimentares no Brasil, ainda na década de 30 o médico vem trazendo à discussão a fome um problema existente, mas até então invisibilizado perante a sociedade, tendo no resultado de seu primeiro inquérito alimentar como uma porta de entrada para a discussão sobre alimentação e suas mazelas, e ainda, servindo como base para formulação de um salário-mínimo, criado posteriormente. Apesar da criação deste salário, seu valor parecia não ser suficiente e carecia de um “complemento”, sendo então que, o projeto do SAPS surge como proposta a ser materializada juntamente com governo. Apesar que, hajam discussões sobre as reais intenções governamentais ao dar as mãos as ideias dos profissionais nutrólogos, como por exemplo os trabalhos de Coimbra (1982) e Evangelista (2008) ao concordarem que o governo tinha também um intuito de que, com os programas de alimentação voltados para os trabalhadores seria possível indiretamente a melhora da qualidade e o fortalecimento da mão de obra do trabalhador, a tornando mais eficiente e produtiva, elevando assim a produção e comercialização no país, gerando diretamente lucros aos grandes empresários.

Também é preciso trazer para discussão o fato dessa integração de grupos pertencentes aos estratos sociais mais baixos e tradicionalmente excluídos da sociedade, neste caso, os trabalhadores dos SAPS apresentam-se como parte desses grupos, mesmo que, a magnitude atingida pela autarquia e a grande sociabilidade inferia pelo projeto junto aos trabalhadores seja inegável, também é impossível o desmembramento de questões sociais evidenciadas neste

⁹ Conselho Nacional de Alimentação, criado em fevereiro de 1945 e regulamentado em 1951.

contexto. A alimentação necessária para a manutenção da vida é cerceada para além de questões científicas defendidas pelos profissionais nutrólogos, o abraço dado pelo governo para a materialização e ampla divulgação da autarquia e suas benfeitorias oferecidas a classe trabalhadora naquele período, emerge um quadro de grandes discussões.

Dante Costa posteriormente surge dentro deste contexto como uma “sucessão” de Castro trazendo ideias na mesma linha de estudos, e novamente um inquérito alimentar, só que agora outro público-alvo, escolares. A utilização dos filhos dos trabalhadores que frequentavam o SAPS, pode ter sido uma questão cômoda para Dante, já que, tendo os pais presentes no SAPS ter acesso a esses jovens seria mais fácil, no entanto, novamente o mesmo cenário, essas crianças eram vindouras dos mesmos estratos sociais que os trabalhadores, e novamente os resultados dos inquéritos evidenciaram carências alimentares nesta população. A carência alimentar deste povo era uma resultante de baixas condições de aquisição de alimentos, retomando aqui as ideias dos profissionais nutrólogos, sim era preciso educar o cidadão para uma alimentação racional, no entanto, falar-se que, ricos e pobres precisariam aprender a comer não poderia ser colocado na mesma balança, mesmo que, talvez naquele momento os ricos possam apresentar uma alimentação não condizente com o padrão considerado ideal pelos médicos, eles comiam, podiam adquirir o alimento. A classe trabalhadora careceu de criação de um programa que pudesse subsidiar o complemento do salário-mínimo que já recebiam, assim confirma-se que, se houve a necessidade deste “complemento” alguns itens essenciais para manutenção digna da vida não estavam sendo alcançados por determinados grupos sociais, e no caso os inquéritos confirmavam que esses itens eram ligados a alimentação.

O SAPS mesmo que, tenha sido criado sobre as tramas de questões políticas em um governo considerado populista (WOLFE,1994), abriu as portas para um processo de elevação do lugar que a alimentação do povo deveria ocupar nas obrigações das esferas governamentais. Josué de Castro e Dante Costa contribuíram, diretamente para essa elevação da importância em se olhar para alimentação. Por mais que, não seja possível afirmar-se com toda certeza o que estava por trás das intenções governamentais as ideias foram abraçadas, produzidas e reproduzidas.

O SAPS, funcionou um longo tempo, dentro dele o desjejum escolar emergiu neste cenário, no entanto é preciso atenção para a formulação de algumas questões que devem ser importantes para análise:

Primeiro: A imposição realizada aos alunos participantes do inquérito escolar de, no ato do recebimento do desjejum escolar apresentar o que estariam levando para a escola para comer, torna-se um pouco contraditória se, considerado o resultado do inquérito que trazia consigo a comprovação de carências nutricionais nesses sujeitos, como buscar a apresentação de comida levada por eles para a escola? Se existiam carências alimentares, de algum modo faltava comida.

Segundo: comprovar que a escola oferecia alimento para não gerar substituição com o desjejum? Naquele momento não havia a oferta oficial de merenda nas instituições públicas brasileiras, a não ser por pequenas ações de caixas escolares em algumas instituições, mesmo assim, não podemos considerar isso como padrão de todas as escolas do período.

Dante Costa apesar de abrir portas e indicar um novo caminho, e novos sujeitos que necessitavam de olhares e de cuidados no que se diz respeito a alimentação, deixa permeadas algumas questões como estas dentro de seu projeto piloto de alimentação, o desjejum dos SAPS.

Mantida e confirmada presente nas discussões e formulações de políticas alimentares, o grupo dos escolares tem a grande vitória desse legado em 31 de março de 1955 com a oficial instauração no país do programa de merenda escolar, tudo que foi vislumbrado, discutido e idealizado desde a década de 1930 é então corporificado. Hoje atuante de modo ininterrupto aos sessenta e sete anos de existência, o programa de merenda é considerado um caso de sucesso no que se diz a respeito à alimentação escolar (BRASIL, 2022). Essa grande magnitude que a política de alimentação tem é a resultante de tudo isso, lutas sociais, junção de civis preocupados com problemas apresentados por uma classe mais pobre e Estado, que de algum modo tendo ou não intenções premeditadas se uniu a toda essa questão.

Os problemas fome e carências alimentares da população brasileira devem então ser pensados e repensados como fatores de projeção para criação das políticas de alimentação, mesmo que, inicialmente delineadas com caráter assistencialista. Ao longo dos anos partidas de grandes reformulações sofridas a política de alimentação ampliou suas diretrizes trazendo o envolvimento de questões culturais, econômicas, de saúde e educação, todas estas, apresentam-se mais do que bem representadas pela gigante merenda escolar. No entanto, nunca deixemos de pensar e discutir, que fome, alimentação e políticas públicas encontram-se e sempre se encontrarão intrinsecamente associadas a política, economia e questões sociais de uma sociedade, independente do período vivenciado.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n° 40, p. 104 - 115. jan./abr., 2009.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humana**, v.4; n.3, p. 401-420. Belém, set. - dez., 2009.

BRASIL. **Jornal Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1942, p.4.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE). **(PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Histórico. Disponível em: <[Histórico - Portal do FNDE](#)>. Acesso em 05 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941**. Disponível em:< [DEL3709-41 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em 06 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.478, de 05 de agosto de 1940**. Disponível em: < [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#)>. Acesso em 05 de fevereiro de 2022.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Antares, 10ª edição, Rio de Janeiro, 1984.

CESAR, Josiane Tiborski; VALENTIM, Emanuele de Araújo; ALMEIDA, Claudia Choma Bettega; SCHIEFERDECKER, Maria Eliana Madalozzo; SCHIMDT, Suely Teresinha. Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, c. 23., p. 991-1007, março, 2018.

COIMBRA. Marcos. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Ministério da Saúde. Belo Horizonte; 1982.

_____. **A Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição**. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório 1 Parte A**. A Merenda Escolar No Congresso Nacional-Primeiras Observações e Trajetória Parlamentar: Do Populismo ao Refime Autoritário. setembro, 1981.

_____. Dois modelos de Intervenção Nutricional no Brasil, PNS e PROAB. In: **O problema Alimentar no Brasil**. Org. por Cláudio de Moura Castro e Marcos Coimbra. Almed, Editora Unicamp; São Paulo, 1985.

EVANGELISTA. Ana Maria da Costa. A Gente Quer Arroz, Feijão, Livros e Discos: O Servilo Nacional de Alimentação da Previdência Social – SAPS, (1940 – 1967). In: **II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social - LAHES: Micro História e os Caminhos da História Social**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Anais (on-line). Disponível em: [a gente quer arroz, feijão, livros e discos saps.pdf](#). Acesso em 02 de maio de 22.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Josué de Castro Vida e Obra**. Carlos Walter Porto Gonçalves (org.) 2 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2007.

FOGAGNOLI, Marcela. **Alimentar é Também Educar: A Merenda Escolar No Brasil (1940-1960)**. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

_____. **Almoçar bem é no SAPS: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)**. Programa de Pós-Graduação em História Social. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

FROTA, Jorge Whashington da Silva. **Educação e Alimentação: Ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa**. Programa de Pós - Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Dissertação de Mestrado. Fortaleza/ CE, 2011.

LEME, Adriana Salay. **Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946**. História, Ciência, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 28, nº4, out.- dez. 2021, p. 1115-1135.

MARCHINI, Júlio Sergio; OLIVEIRA, José Eduardo Dutra; Nutrologia Especialidade Médica. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.54; n.6, p. 471- 486. São Paulo. nov./dez. 2008.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um Resgate Histórico do Programa de Alimentação Escolar – PNAE**. Dissertação de Mestrado Profissional. Universidade Federal de São Paulo, 2011.

PEREGRINO, Umberto. **À Margem Do Problema Alimentar Brasileiro: Tarefas e Realizações do SAPS II**. Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1950.

ROSANELI, Caroline Filla.; RIBEIRO, Ana Lúcia Cardoso; ASSIS, Luana de; SILVA, Tânia Mara da; SIQUEIRA, José Eduardo de. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. Artigos de Atualização; **Revista Bioética impressa**, v.23, p. 89-97, 2015.

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. **Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1998.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, nº4, p. 439-457, Campinas, julho/agosto de 2005.

ZONIN, Sélia Ana; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela. Assistência à infância escolarizada: A Caixa Escolar em Cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018.

WOLFE, Joel. "Pai dos pobres" ou "Mãe dos ricos"? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, v. 14, nº 27, p.27-59, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994.